

# A Retomada do Proálcool e o Paraná

---

*Gilmar Mendes Lourenço\**

---

Depois de semanas de afirmações desencontradas emitidas pelos Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo e da Fazenda, o governo fixou o aumento dos preços dos combustíveis e a liberação parcial das

cotações de comercialização da gasolina e do álcool a partir do mês de abril. Essas decisões vieram acom-

---

*\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.*

panhadas do lançamento de um elenco de medidas acopladas ao funcionamento do Proálcool, as quais, porém, não ultrapassam o terreno das intenções.

Estima-se variação entre 11% e 14% nos valores do álcool e gasolina no varejo, conseqüência do aumento de 15% nos preços de refinaria, incluindo elevação da margem de lucro da Petrobrás e o repasse dos 9,15% e 13,35% concedidos respectivamente às usinas de álcool e aos produtores de cana-de-açúcar. Paralelamente, os estados, através do Confaz, alteraram a base de incidência do cálculo do ICMS, aumentando a margem presumida de lucro das distribuidoras e postos de 13% para 28% no caso da gasolina, reduzindo de 30% para 23% para o álcool e mantendo os 13% para o diesel.

Este ajuste oportunista/conveniente dos estados, juntamente com a natureza oligopolizada da distribuição (dominada por cinco grandes companhias) e a ação especulativa/cartelizada dos postos de revenda, em um momento de encavalamento de reajuste e liberação, explicam as despropositadas variações de preços que sucederam a autorização dos reajustes. A liberação de preços acontece nas regiões Sul, Sudeste, parte do Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal) e litoral do Nordeste, permanecendo o tabelamento no Norte, interior do Nordeste, Tocantins, Mato Grosso e parte do Mato Grosso do Sul. Dentre os efeitos esperados dessas providências destaca-se o estancamento parcial do déficit mensal da Petrobrás com o subsídio ao Programa (de R\$ 120 para R\$ 60 milhões), coberto pelo Fundo de Unificação do Preço do Álcool (FUPA).

Na margem, foram estabelecidos alguns poucos elementos de recuperação do segmento sucro-alcooleiro, como a manutenção do programa mediante: congelamento da frota atual de carros a álcool (4,3 milhões); extinção do esquema atual de subsídios, transferindo a responsabilidade aos estados produtores; criação do imposto ambiental; liberação de financiamento pelo BNDES para modernização e renovação de canaviais; manutenção dos 22% de mistura do álcool anidro à gasolina; instituição da frota verde; autorização de venda direta das usinas aos postos a partir de janeiro de 1997, etc.

A discussão acerca do futuro do Proálcool deveria, inevitavelmente, extrapolar o mero anúncio de um pacote de medidas de socorro financeiro aos empresários do setor e de reajuste e liberação dos preços dos combustíveis. No fundo, a questão é estrutural, envolvendo ordens de argumentação políticas, técnicas e sociais que precisam ser melhor desvendadas e/ou qualificadas. Por um lado, na defesa da reestruturação e continuidade do programa, surge a forte atuação da bancada parlamentar sucro-

alcooleira, acionada pelos usineiros fundamentalmente para forçar o redirecionamento de créditos atrelado ao acerto de um passivo de R\$ 4,4 bilhões junto aos cofres públicos, sendo R\$ 1,5 bilhão a parcela dos agricultores predominantemente com o Banco do Brasil. Em contrapartida, o governo poderia dispor de cerca de 200 votos na Câmara e 31 no Senado para a aprovação de suas propostas de reformas estruturais.

Esta cifra foi acumulada ao longo de anos e rolada topicamente através de operações pouco transparentes, especialmente depois da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no começo do Governo Collor. O número é reconhecido pelas próprias lideranças do setor, e o equacionamento das obrigações é tido como improvável enquanto persistirem a reduzida remuneração de vendas do produtos e a conjuntura de juros elevados. No Paraná, segundo maior produtor de álcool do País (tabela 1), os débitos totalizam R\$ 600 milhões, 13,6% do total.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE CANA, AÇÚCAR E ALCÓOL - BRASIL, REGIÕES E ESTADOS - SAFRA 95/96

LOCAIS	PRODUÇÃO		
	Álcool (mil m <sup>3</sup> )	Açúcar (mil t)	Cana (mil t)
Espirito Santo	94	50	1 776
Goiás	413	226	6 330
Minas Gerais	489	445	8 987
Mato Grosso do Sul	291	135	4 675
Mato Grosso	377	265	6 740
Paraná	1 068	555	18 268
Rio de Janeiro	109	424	5 214
Rio Grande do Sul	2	-	38
Santa Catarina	-	-	-
São Paulo	8 591	7 294	151 558
Centro-Sul	11 434	9 394	203 586
Nordeste	1 600	3 310	46 000
Brasil	13 034	12 704	249 586

FONTE: ALCOPAR

NOTA: Sinal convencional utilizado:  
- O dado não existe.

Ainda no sentido do resgate e sustentação do programa, figuram avaliações mais criteriosas, ressaltando a capacidade de resposta deste segmento da economia nacional aos desafios tecnológicos impostos à produção de um combustível renovável, com reduzido impacto ambiental, vis-à-vis a alternativa baseada em combustíveis fósseis, especificamente a petrolífera (finita e poluente), e elevado coeficiente de absorção de mão-de-obra não qualificada.

Por outro lado, a extinção/desmonte do projeto - e, o que é pior, o descumprimento explícito de suas regras originais quanto à garantia de rentabilidade mínima do produtor e à aquisição da produção para a constituição de estoques reguladores de dois meses, principalmente com a estabilização dos preços do barril de petróleo no mercado externo depois de 1985 - é justificada pela necessidade de zeragem do déficit ou subsídio crônico da conta-álcool da Petrobrás.

Esse desequilíbrio custaria à empresa aproximadamente, conforme já citado, US\$ 120 milhões/mês, e estaria comprometendo a disponibilidade de recursos para a viabilização de inversões na produção de petróleo, além de estar sendo financiado pela sociedade, sobretudo pelos consumidores de gasolina. Calcula-se ainda que a estatal gastaria R\$ 1,3 bilhão/ano com o programa e que o déficit acumulado atingiria R\$ 5,6 bilhões. Sabe-se, contudo, que por trás disso há também o caráter concorrencial do álcool com os derivados de petróleo.

De fato, a cadeia produtiva sucroalcooleira - incluindo desde os elos da colheita e comercialização da cana, o processamento industrial, até a fabricação de equipamentos agroindustriais - fatura anualmente cerca de R\$ 8,6 bilhões, o equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e emprega 1,3 milhão de pessoas, em sua maioria com diminuto grau de especialização, contribuindo para a fixação da

mão-de-obra no meio rural e, por conseguinte, para a redução das migrações campo-cidade.

A implantação e consolidação do Proálcool exigiu inversões de US\$ 11,3 bilhões ao longo de mais de vinte anos, resultando em fatores como: diminuição da vulnerabilidade nacional diante das crises no Oriente Médio - permanente risco para as economias dependentes de suprimento de petróleo importado; substituição de 220 mil barris/dia de consumo de petróleo; economia acumulada de divisas de US\$ 28,7 bilhões; e autonomia tecnológica no desenvolvimento de um recurso energético renovável e não poluente. Esse conjunto de aspectos tornou o programa uma referência internacional em ações, no controle de emissão de gases responsáveis pelo efeito-estufa, evidenciada pelo recente Acordo de Cooperação do Grupo de Governadores Americanos Pró-Etanol e por projetos semelhantes, executados pela Comunidade Econômica Européia (predominantemente na França, Suécia, Alemanha e Itália).

### A implantação e consolidação do Proálcool custou US\$ 11,3 bilhões e possibilitou poupança de divisas de US\$ 28,7 bilhões.

Parece razoável admitir que as medidas de revitalização do Proálcool devem estar direcionadas, prioritariamente, ao atendimento de três requisitos estratégicos:

- a manutenção de uma estrutura produtiva vinculada à utilização de opção científico-tecnológica pioneira, tanto no desenvolvimento de motores a álcool, adequados a misturas de metanol, etanol e gasolina, quanto na produção de cana, açúcar e álcool com ganhos ambientais relevantes; tal opção estaria articulada à tendência internacional de substituição de combustíveis fósseis por renováveis;
- a forte propensão à ampliação das demandas externa e interna de açúcar - esta última verificada com o aumento do poder de compra da população depois da implantação do Plano Real;
- a preservação dos níveis de emprego, especialmente numa fase de elevação das taxas de desemprego, por conta dos reflexos conjugados da globalização mundial - acompanhada da rápida disseminação de novas tecnologias e novas formas de organização da produção, traduzidas internamente em acelerada modernização do parque produtivo - e da continuidade do programa de juros altos do Banco Central, como forma de garantir a estabilidade inflacionária, enquanto o Executivo negocia o ajuste fiscal com o Congresso Nacional.

Especificamente, pede maior atenção o problema da crescente descapitalização de pequenos e médios produtores, subordinados ao poder dos grandes usineiros e praticamente descartados do crédito agrícola oficial, com prazos de pagamento compreendendo entre 10% e 15% do ciclo de maturação da cana (6 meses versus 4 a 5 anos).

A cultura de cana-de-açúcar ocupa 236 mil hectares em 106 municípios paranaenses, representando cerca de 3,4% da área cultivada, absorvendo 15% da mão-de-obra do campo e contribuindo com 7,5% no valor da produção agrícola do Estado. Segundo a Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar), as 30 usinas em operação produzem aproximadamente 1,068 mil m<sup>3</sup> de álcool/ano e 555 mil toneladas/ano de açúcar, geram 60 mil empregos diretos e cerca de 200 mil indiretos e representam 3,7% do ICMS apurado no Estado (tabela 2).

TABELA 2 - DADOS RELATIVOS AO COMPLEXO SUCRO-ALCOOLEIRO NO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 95/96

VARIÁVEIS	INDICADOR
Área Total de Cana (mil ha)	236
Produção Total de Cana (mil t)	18 560
Produção Total de Álcool (mil m <sup>3</sup> )	1 068
Produção Total de Açúcar (mil sacas de 50 kg)	11 100
Empregos Gerados	
Diretos	60 000
Indiretos	200 000
Faturamento (R\$ mil)	920 000
ICMS Gerado (% do total do Estado)	3,7
Municípios Produtores de Cana	106

FONTE: ALCOPAR

No entanto, a decadência e o abandono do programa, traduzidos na defasagem nos preços do álcool e da cana (calculada em 19% e 29% respectivamente, pela Fundação Getúlio Vargas, em janeiro de 1996, antes portanto do reajuste) e na ausência de linhas de financiamento agrícola e industrial e de estímulos à fabricação de veículos a álcool, vêm ocasionando a desativação de unidades de transformação industrial e o conseqüente aumento do desemprego, principalmente no Norte Pioneiro, região onde predomina o trabalho rural volante. Há que se acrescentar, neste caso, a influência de outros elementos de política macroeconômica, como a valorização cambial, comprimindo os preços dos derivados do petróleo, e a taxa de juros elevada, interferindo negativamente no desempenho de uma atividade estacional.

Ao mesmo tempo, constata-se que o Estado do Paraná é auto-suficiente na produção de álcool e importador líquido de açúcar, em que pese a pronunciada elevação de 85,2% de produção desse último entre 1993 e 1995 (tabela 3), explicada pela maior transformação da cana em açúcar, para compensação dos prejuízos decorrentes dos preços desfavoráveis do álcool, em uma conjuntura de elevação das cotações de comercialização do açúcar no mercado externo. Essa situação pode ser revertida com o de-

clínio de quase 20% nos preços internacionais em relação ao ano passado (US\$ 247 por tonelada contra US\$ 308/t), agravando as dificuldades que atingem este ramo de atividade.

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CANA MOÍDA, ÁLCOOL E AÇÚCAR NO PARANÁ - SAFRAS 86/87-94/95

SAFRAS	PRODUÇÃO		
	Cana Moída (mil t)	Álcool (mil m <sup>3</sup> )	Açúcar (mil sacas de 50 kg)
1986/87	10 918	646	3 392
1987/88	10 875	647	3 599
1988/89	10 273	650	4 342
1989/90	10 538	670	3 560
1990/91	10 863	627	4 422
1991/92	11 401	737	4 717
1992/93	11 989	732	4 656
1993/94	12 475	731	6 103
1994/95	15 531	887	8 620

FONTES: ALCOPAR

Assim, o reerguimento do Proálcool abriria espaço para inversões em expansão da área plantada e modernização dos processos de moagem de cana e fabricação de álcool e açúcar cristal, repercutindo favoravelmente na demanda por emprego e nas condições ambientais, via substituição de superfícies de pasto (com elevado índice de erosão dos solos) por lavouras de cana e possibilidade da utilização da vinhaça como fertilizante e no controle biológico de pragas na cultura.

#### A reativação do Proálcool em novas bases ensejaria investimentos em modernização ao longo de toda a cadeia produtiva setorial.

Por tudo isso, é imprescindível o aprofundamento das discussões sobre questões de curto, médio e longo prazos que afetam o setor, buscando a redução de custos e a melhoria na eficiência do complexo sucro-alcóoleiro, com ênfase para:

- a redefinição da matriz energética, especificando o papel a ser desempenhado pelo álcool combustível e afastando soluções do tipo uso do MTBE para atender temporariamente a uma questionável escassez de álcool anidro no Centro-Sul;
- a fixação de preços mínimos do álcool;
- as permanentes revisões do diferencial entre preços pagos aos usineiros e revenda no mercado coberto pela Petrobrás;
- a continuidade da desqualificação dos preços dos combustíveis iniciada em setembro de 1995, visto que o preço final do álcool hidratado é igual para todas as regiões, independentemente de sua distância das refinarias, e que grande parte do déficit da conta-álcool deriva das operações de transporte e distribuição geridos pela Petrobrás;

- a viabilização da aquisição direta do álcool pelos distribuidores junto aos produtores, autorizada para 1997;
- a instituição de linhas de crédito para plantio (renovação de canaviais depois de cinco anos), custeio e estocagem, capazes de diminuir as pressões dos dispêndios concentrados na época de safra, e para a viabilização da produção de anidro pelas usinas, com a instalação da terceira coluna de destilação, estimada em no mínimo US\$ 1 milhão;
- a flexibilização da fixação dos preços, para propiciar a incorporação das diferenças de custo de transporte. A simples liberação na ponta do varejo apresenta eficácia duvidosa devido à concentração técnica da produção e ao caráter oligopolizado da distribuição e cartelizado da comercialização. Em última análise, a formação de um ambiente concorrencial exigiria a diminuição do poder de mercado das distribuidoras, mediante o desatrelamento da revenda do fornecedor único e/ou a permissão de aquisição direta junto às refinarias.

Esse debate deve ser referenciado pela inexorável tendência de o programa privilegiar/estimular a produção, consumo e exportação de álcool anidro – principal oxigenante da gasolina nos países desenvolvidos devido a pressões ambientais –, rompendo o monopólio da compra pela Petrobrás e transferindo a comercialização para as Bolsas de Futuros. Note-se que o Brasil possui aproximadamente 12 milhões de veículos movidos a gasolina, absorvendo cerca de 4 bilhões de litros/ano de anidro. Enquanto isso, os 4,3 milhões de carros a álcool consomem quase 10 bilhões de litros/ano de hidratado, supridos também por importações, dada a insuficiente produção interna associada à maior rentabilidade econômica das exportações de açúcar. No final das contas, todas essas operações conferem subsídio de R\$ 0,18 por litro de hidratado, constituindo a principal distorção do modelo vigente.

De outra parte, a intenção de incentivar a produção de hidratado e criar frota verdes sustentadas por um imposto ecológico, que financiaria os R\$ 2 bilhões

que o Proálcool custa anualmente, esbarra nas dificuldades de aprovação, em ano eleitoral, de uma emenda constitucional permitindo a instituição de um imposto específico para combustíveis.

A saída financeira via exportação de açúcar, por sua vez, forçou o governo a taxar em 40% as vendas externas que suplantassem determinado volume estabelecido, depois de avaliadas e garantidas as condições de abastecimento interno de álcool. As exportações brasileiras de açúcar atingiram US\$ 1,8 bilhão em 1995, equivalendo a 5,9 milhões de toneladas, superando em 85% o *quantum* exportado em 1994.

Porém, o impulso exportador começa a arrefecer com a queda das cotações nos mercados futuros, dada a previsão de excedente de oferta mundial de mais de 2 milhões de toneladas na safra 96/97 (122 milhões de toneladas para uma demanda estimada de 120 milhões de toneladas), devido à grande probabilidade de obtenção de volumes de produção recordes nos países asiáticos, Brasil, Austrália e África do Sul.

## A Elevação das Cotações das Commodities e as Exportações Paranaenses em 1996

Luiz Fernando Oliveira Wosch\*

O melhor desempenho das exportações paranaenses para 1996 está diretamente atrelado ao mercado de *commodities*, especialmente do complexo soja, reforçado pelo provável recorde de produção, resultante da conjugação de expansão da área plantada e do ganho de produtividade, em que pesem as condições (externas e internas) desfavoráveis ao plantio da safra 95/96.

Além disso, observa-se um componente externo, contribuindo para o incremento da receita das exportações estaduais. Trata-se das estimativas de queda nos estoques de soja em grão (27,26%), redução nos estoques de farelo (14,87%) e declínio da oferta mundial – 10,25% e 0,3% respectivamente para soja e farelo –, confirmadas pelas últimas projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)<sup>1</sup>, que influenciaram diretamente a alta das cotações internacionais.

A instituição americana projeta a produção brasileira, para este ano, em 23 milhões de toneladas de soja, representando redução de 11,2% em relação à safra passada. As exportações deverão também declinar, passando de 3,54 milhões de toneladas registradas no ano passado para 3,40 milhões neste ano. Para o caso do farelo, a produção também apresentará queda (1,3%), reduzindo-se de 16,09 milhões

de toneladas para 15,88. Contudo, a previsão é de aumento nas exportações em 8,3%, expandindo-se de 10,45 milhões de toneladas comercializadas no ano anterior para 11,3 milhões neste ano.

No caso do Paraná, a perspectiva de maior rentabilidade com a comercialização da soja no exterior vem se refletindo no movimento do porto de Paranaguá.<sup>2</sup> No primeiro trimestre deste ano já se observam volumes exportados superiores aos ocorridos em igual período do ano passado, tanto para a soja quanto para o farelo. A soja em grão registrou o embarque de 274.070 toneladas, no período de janeiro a março, volume 320% maior que o de 1995. O farelo também apresentou acréscimo, com o carregamento de 1.279.202 toneladas no primeiro trimestre deste ano, contra 822.726 toneladas no ano anterior, representando expansão de 55,48%. Certamente, essas evoluções devem ser relativizadas em virtude da base depreciada de 1995, derivada do menor ímpeto das vendas externas, que foram prejudicadas pela combinação entre a âncora cambial – que impunha rigidez na valorização do real frente ao dólar – e a política

\* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.